



APRESENTAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES

Participante: Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Dispositivo da minuta	Contribuição	Redação sugerida para o dispositivo
Considerando que o biogás é uma fonte energética sustentável e renovável.	Reforçar o caráter de exclusividade da distribuição de gás pela concessionária.	Considerando que o biogás é uma fonte energética sustentável e renovável, e que é atribuição do Estado, diretamente ou mediante concessão, prestar o serviço de distribuição.
Artigo 2º - (...) VI - Chamada Pública: procedimento, com garantia de acesso a todos os interessados, que tem por finalidade a compra de Biometano pelas Concessionárias a ser distribuído na rede de gás canalizado;	Adequar à alteração de nome, para não confundir com o procedimento licitatório próprio da administração pública.	Artigo 2º - (...) VI – Solicitação por Propostas: procedimento, com garantia de acesso a todos os interessados, que tem por finalidade a compra de Biometano pelas Concessionárias a ser distribuído na rede de gás canalizado;
VII - Condições de Referência: correspondem ao valor do Poder Calorífico Superior, à Pressão de 101,325 kPa, 1 atm ou 1,033 Kgf/cm² e à Temperatura de 293,15K ou 20oC, em base seca, adotados como referência em regulamento da ANP e/ ou regulamentos expedidos pela ARSESP, que são utilizados para cálculo dos correspondentes fatores de correção do volume de gás;	Incluir a unidade de medida utilizada na grande maioria dos equipamentos de medição de volume (PTZ) que são importados.	VII - Condições de Referência: correspondem ao valor do Poder Calorífico Superior, à Pressão de 101,325 kPa, 1 atm ou 1,033 Kgf/cm² ou 1,01325 bar e à Temperatura de 293,15K ou 20oC, em base seca, adotados como referência em regulamento da ANP e/ ou regulamentos expedidos pela ARSESP, que são utilizados para cálculo dos correspondentes fatores de correção do volume de gás;
Artigo 2º - (...) X - Estação de Transferência de Custódia - ETC: local	Adequar à redação constante do Apêndice G do Contrato de Concessão.	Artigo 2º - (...) X - Estação de Transferência de Custódia - ETC: É o



físico onde ocorre a transferência de gás natural ou de Biometano sob custódia do transportador ou Fornecedor, respectivamente, para a custódia da Concessionária, por intermédio de conjunto de equipamentos e instalações, a qual tem por finalidade regular a pressão, quando necessário, assim como odorar, medir e registrar o volume de gás, nas condições de entrega;		conjunto de equipamentos e instalações onde é feita a transferência de propriedade do GÁS à CONCESSIONÁRIA, e que tem por finalidade regular a pressão, assim como medir e registrar o volume de GÁS, nas condições de entrega, de modo contínuo.
Artigo 2º - (...) XII - Nominção: informação a ser disponibilizada à Concessionária sobre a quantidade diária de Biometano a ser entregue no Ponto de Recepção;	Alterar “nominção” por “programação”, uma vez que nominção é a forma utilizada pela Concessionária para apontar o volume de compra entre os contratos de suprimento de gás. Reorganizar os incisos por ordem alfabética.	Artigo 2º - (...) XII - Programação: informação a ser disponibilizada pelo Fornecedor ou comercializador à Concessionária sobre a quantidade diária de Biometano a ser entregue em cada Ponto de Recepção; A Concessionária retornará ao Fornecedor informando se terá condições de receber todo gás a ser produzido ou programando a quantidade que poderá ser recebida.
Artigo 2º - (...) XIII – Poder Concedente: poder constitucional atribuído ao Estado de São Paulo para a Prestação dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado no Estado, diretamente ou mediante Concessão;	Adequação para acompanhar as normas vigentes.	Artigo 2º - (...) XIII – Poder Concedente: Estado de São Paulo, que é o ente público em cuja competência foi constitucionalmente atribuído o serviço público de Distribuição de Gás Canalizado no Estado, diretamente ou mediante Concessão;
Artigo 2º - (...)	Adequação para acompanhar	Artigo 2º - (...)



XIV - Ponto de Entrega: local de entrega de gás natural, de Biometano, ou da mistura destes ao usuário, é o limite de responsabilidade dos serviços de distribuição, a partir da última válvula de bloqueio de saída do conjunto de regulação e medição, em caso de usuários atendidos em média ou alta pressão e imediatamente a jusante do medidor, em caso de usuários atendidos em baixa pressão;	as normas vigentes.	XIV - Ponto de Entrega: local de entrega de gás, caracterizado como limite de responsabilidade dos serviços de distribuição de gás, de acordo com a Portaria CSPE 160 ou a que vier a substituí-la;
Artigo 2º - (...) XV - Ponto de Recepção: ponto na ETC onde ocorre a transferência do gás natural canalizado e/ou do Biometano para a Concessionária;	Adequar à redação constante da Portaria CSPE nº 160/2001 e Deliberação ARSESP nº 231/2011.	Artigo 2º - (...) XV - Ponto de Recepção: local físico onde ocorre a transferência do gás para a Concessionária;
Artigo 2º - (...) XVII – Pressão no Ponto de Recepção: Pressão necessária para introdução do biometano no sistema de distribuição;	Incluir “pressão mínima e pressão máxima” necessária, pois a mínima garante a injeção de fato do biometano e a máxima garante a integridade dos ativos da Concessionária.	Artigo 2º - (...) XVII – Pressão no Ponto de Recepção: Pressão mínima e máxima para introdução do biometano no sistema de distribuição;
Artigo 2º - (...) XVIII – Sistema de Distribuição: é o conjunto de tubulações e demais instalações e componentes, que interliga as ETC e os Pontos de Entrega;	Adequação da redação.	Artigo 2º - (...) XVIII – Sistema de Distribuição: é o conjunto de tubulações e demais instalações e componentes, que interliga as ETC e os Pontos de Entrega;
Artigo 2º - (...) XXI - Usuário Livre de Biometano: qualquer Usuário de gás canalizado,	Adequar à redação constante da Deliberação ARSESP nº 231/2011, sempre preservando o tratamento não discriminatório entre	Artigo 2º - (...) XXI - Usuário Livre: consumidor não Residencial ou não Comercial, em



não pertencente ao segmento Residencial ou Comercial, em condições de celebrar Contrato de Compra e Venda de Biometano.	usuários.	condições de celebrar Contrato de Compra e Venda de Gás e Contrato de Uso da Rede de Distribuição.
Artigo 2º (...) Não existente	Inserir definição do procedimento a ser aplicado para odorização do biometano, conforme ao que já é aplicado para o gás natural.	Artigo 2º (...) XXII - Odorização do Biometano: todas as normas técnicas e procedimentos aplicados para a odorização do gás natural aplicam-se da mesma forma para o biometano.
Artigo 5º - (...) §3º - O restabelecimento do fornecimento será retomado, se garantidas e confirmadas às condições de qualidade do Biometano.	Adequar a redação para que a decisão esteja sob a responsabilidade da Concessionária, uma vez que é dela a responsabilidade pelo monitoramento e supervisão.	Artigo 5º - (...) §3º - O restabelecimento do fornecimento ocorrerá, quando garantidas pelo Fornecedor e confirmadas pela Concessionária as condições de qualidade do Biometano.
Artigo 6º - A Concessionária deverá permitir auditorias, inspeções e visitas técnicas, bem como manter os registros de qualidade do Biometano pelo prazo mínimo previsto no Contrato de Concessão e nos regulamentos da Arsesp, de forma a subsidiar as ações de fiscalização da Agência.	Adequar a redação para deixar claro que a permissão de auditar e inspecionar é dirigida ao órgão regulador.	Artigo 6º - A Concessionária deverá permitir que a Arsesp realize auditorias, inspeções e visitas técnicas, bem como manter os registros de qualidade do Biometano recebido pelo prazo mínimo previsto no Contrato de Concessão e nos regulamentos da Arsesp, de forma a subsidiar as ações de fiscalização da Agência.
Artigo 7º - (...) c) Fornecedor de Biometano à Concessionária de acordo com as especificações da ANP e demais normas técnicas	Requer-se a alteração do texto para definição da responsabilidade do fornecedor entregar o biometano à Concessionária de acordo com as especificações da ANP, ABNT	Artigo 7º - (...) c) Obrigação do fornecedor de entregar o Biometano à Concessionária no Ponto de Recepção de acordo com as especificações da ANP e



aplicáveis, a ser entregue no Ponto de Recepção;	e demais normas técnicas aplicáveis.	demais normas técnicas aplicáveis;
Artigo 7º - (...) e) Obrigação do Fornecedor de informar à Concessionária, diariamente, a Nominação. i) Procedimentos em caso de falha de fornecimento e penalidades aplicáveis; l) Reajuste de preço do Biometano pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M; o) Plano de Contingência	 e) adequar à troca de Nominação por Programação. i) - Incluir que os contratos devem ter estabelecidos os procedimentos a serem seguidos também em caso de entrega do Biometano fora das especificações. l) – Solicitamos a exclusão deste item, uma vez que cada contrato de compra de biometano pode ter fatores de reajuste relacionados aos custos dos projetos, que podem ser diferentes do IGPM e encontram-se na esfera privada de liberdade de contratação da Concessionária. o) – Solicitamos incluir a obrigação de o contrato dispor sobre o suprimento de gás em caso de contingências operacionais e técnicas do biometano, a fim de garantir a cobertura tarifária dos custos, principalmente nos casos em que seja necessário manter sistema de <i>back up</i> para preservar a integridade das redes em caso de falha de fornecimento de biometano.	Artigo 7º - (...) e) Obrigação do Fornecedor de informar à Concessionária, diariamente, a Programação. i) Procedimentos em caso de falha de fornecimento, não conformidades do Biometano e penalidades aplicáveis; Excluir item l) o) Plano de Contingência, abrangendo os custos necessários para garantir o suprimento de gás e a integridade do Sistema de Distribuição, nos casos de falha de fornecimento do Biometano;
Artigo 7º - (...) §3º Ficará a cargo da	Considerando as características distintas das plantas de biometano, sugerimos que o período de	Artigo 7º - (...) §3º Ficará a cargo da



Concessionária e do Fornecedor de Biometano determinar a forma e o período de teste necessário antes da mistura de Biometano na rede de distribuição da Concessionária, devendo ser, no mínimo, de 60 (sessenta) dias.	testes seja definido caso a caso.	Concessionária e do Fornecedor de Biometano determinar a forma e o período de teste necessários antes da injeção de Biometano na rede de distribuição da Concessionária, em prazo ajustado entre o Fornecedor e a Concessionária.
Artigo 8º - A Concessionária deverá submeter para anuência prévia da Arsesp o Contrato de Compra e Venda de Biometano.	Adequar a redação às regras vigentes	Artigo 8º - Por se tratar de contrato de aquisição de gás, a Concessionária deverá submeter o Contrato de Compra e Venda de Biometano para prévia e expressa aprovação da Arsesp, nos termos do Contrato de Concessão.
CAPÍTULO V – DA CHAMADA PÚBLICA	Alteração do nome para não confundir com o procedimento licitatório próprio da administração pública.	CAPÍTULO V – DA SOLICITAÇÃO DE PROPOSTAS Substituição do termo em todas as referências dessa deliberação.
Artigo 9º A Concessionária, com intuito de buscar condições alternativas e complementares viáveis ao suprimento da área de concessão, deverá realizar Chamada Pública para compra de Biometano.	Adequação do nome do procedimento.	Artigo 9º A Concessionária, com intuito de buscar condições alternativas e complementares viáveis ao suprimento da área de concessão, deverá realizar Solicitação de Propostas para compra de Biometano.
Artigo 9º §1º A realização da Chamada Pública é uma forma da Concessionária	Adequação do nome do procedimento.	Artigo 9º §1º A realização da Solicitação de Propostas é uma forma de a



demonstrar à Arsesp a realização de pesquisa de custo e de condições das alternativas viáveis de suprimento.		Concessionária demonstrar à Arsesp a realização de pesquisa de custo e de condições das alternativas viáveis de suprimento de Biometano.
Artigo 9º §2º Quando estabelecido o percentual mínimo em legislação específica para aquisição de Biometano, a Concessionária deverá realizar Chamadas Públicas anuais até atingir o este percentual.	A norma que vier estabelecer eventualmente um percentual mínimo deverá prever um prazo adequado para atingi-lo, não sendo possível estabelecer as regras para tanto nesse momento.	Excluir o §2º.
Art. 10 - A Concessionária deverá submeter à aprovação da Arsesp o Edital da Chamada Pública e.	O procedimento de Solicitação de Propostas será público e já é atribuição da Arsesp a aprovação prévia dos contratos de suprimento de gás, nos termos do Contrato de Concessão. Dessa forma, entendemos ser desnecessária a prévia aprovação da Solicitação de Propostas.	Excluir artigo 10.
Artigo 11 - O Edital deverá ser publicado com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de realização da Chamada Pública para que os potenciais Fornecedores possam providenciar os documentos de habilitação.	Adequação da linguagem para excluir referências ao procedimento licitatório próprio da administração pública.	Artigo 11 – A Solicitação de Propostas deverá ser publicada prevendo prazo não inferior a 90 (noventa) dias para a apresentação das propostas pelos potenciais Fornecedores.
Artigo 12 - A concessionária divulgará o Edital, mediante publicação na imprensa de grande circulação e no seu endereço eletrônico, para conhecimento dos interessados em participar do processo de Chamada Pública.	Consideramos que não é necessária a publicação em imprensa de grande circulação, uma vez que o mercado é específico e as Concessionárias são agentes relevantes.	Artigo 12 - A concessionária divulgará o edital em seu endereço eletrônico, para conhecimento dos interessados em participar do procedimento de Solicitação de Propostas.



Artigo 13 - O Edital de Chamada Pública deverá conter: (...)	O procedimento de Solicitação de Propostas será público e já é atribuição da Arsesp a aprovação prévia dos contratos de suprimento de gás, nos termos do Contrato de Concessão. Dessa forma, entendemos ser desnecessária a determinação prévia dos requisitos do edital.	Excluir artigo 13 na íntegra – todos os incisos e alíneas.
Artigo 14 §1º Os potenciais Fornecedores deverão contatar a Concessionária para que esta analise a viabilidade da expansão da rede e do ponto de injeção proposto para introdução do Biometano. A concessionária deverá apresentar resposta à demanda do Fornecedor em até 15 (quinze) dias, acompanhada de fundamentação econômico-financeira e técnica para expansão da rede e para o ponto de injeção, incluindo a Capacidade de Injeção, quando for o caso.	Solicitamos a alteração da redação em função do tempo necessário para a elaboração dos estudos.	Artigo 14 §1º Os potenciais Fornecedores deverão contatar a Concessionária para que esta analise a viabilidade da expansão da rede e do ponto de injeção proposto para introdução do Biometano. A concessionária deverá apresentar resposta à demanda do Fornecedor em até 15 (quinze) dias úteis ou de acordo com prazo definido entre as partes, acompanhada de fundamentação econômico-financeira e técnica para expansão da rede e para o ponto de injeção, incluindo a Capacidade de Injeção, quando for o caso.
Artigo 15 - A Concessionária não poderá negar o acesso à rede de distribuição de gás canalizado, senão quando ficar demonstrada falta de capacidade disponível, vedada qualquer forma de discriminação.	Inclusão do termo “existente”, uma vez que, para extensões de rede, deve-se analisar as viabilidades técnica e econômico-financeira.	Artigo 15 - A Concessionária não poderá negar o acesso à rede de distribuição de gás canalizado existente, senão quando ficar demonstrada falta de capacidade disponível, vedada qualquer forma de discriminação.
Artigo 15 §1º Não há imposição de volume mínimo para o usuário de gás canalizado migrar para o mercado livre, o usuário deve se enquadrar	Não deve haver discriminação entre clientes do sistema de distribuição da Concessionária. Solicitamos manter as mesmas condições estabelecidas na Deliberação Arsesp nº 231.	Exclusão do § 1º do Artigo 15.



no conceito de Usuário Livre de Biometano estabelecido no Capítulo II, da presente Deliberação.	O volume mínimo estabelecido pode ser atingido entre o consumo de biometano e gás natural.	
Artigo 15 §2º O Autoprodutor, Autoimportador e Usuário Livre de Biometano tem acesso prioritário à capacidade disponível na rede de distribuição de gás canalizado.	Não deve haver discriminação entre usuários da rede; manter as mesmas condições estabelecidas na Deliberação Arsesp nº 231.	Exclusão do § 2 do Artigo 15
Artigo 16 - Os Autoprodutores, Autoimportadores e Usuários Livres de Biometano com redes de distribuição exclusivas e específicas terão a TUSD específica aplicada, caso a caso.	A TUSD é somente aplicada para autoprodutores e autoimportadores conforme deliberações vigentes. O usuário livre não se enquadra nesta possibilidade. Além disso, a Deliberação ARSESP nº 231 já regulamenta o tema. Solicitamos a exclusão do artigo.	Exclusão do Artigo 16.
Artigo 18 - Nos casos em que o Fornecedor pertencer ao mesmo grupo econômico da Concessionária, este deverá agir com independência legal, contábil. e operacional, não poderá compartilhar suas instalações e membro algum de sua diretoria ou de seus funcionários com aqueles da Concessionária para o desenvolvimento das suas atividades.	As condições de contratação entre partes relacionadas já são previamente avaliadas e aprovadas pela Arsesp, conforme dispõe o Contrato de Concessão, Sexta Subcláusula da Cláusula Décima Quarta.	Excluir artigo 18.
Artigo 23 Não existente	Caso a Concessionária incorra em penalidades como consequência da diminuição da compra de gás em contratos existentes para cumprir a obrigatoriedade de	Artigo 23 Os volumes, preços e demais obrigações monetárias incorridas pelas Concessionárias nos demais contratos de suprimento de



	compra de volume mínimo de biometano, deve ser permitido que tal penalidade (ToP ou SoP) seja repassada a todos os consumidores.	gás, em função da redução de volume adquirido para cumprir a obrigatoriedade de volume mínimo de suprimento de Biometano, serão considerados para a composição do custo mix de gás a ser repassado às tarifas.
--	--	--